

Valores contraculturais e responsabilidade sócio-ambiental na sociedade pós-industrial

Naira Carla Di Giuseppe Pinheiro dos Santos

Universidade Metodista de São Paulo

RESUMO:

No contexto pós-industrial, valores contraculturais presentes nas religiosidades que emergem com, no ou do movimento, em alguns casos como protesto sócio-religioso, interpenetram o mundo econômico/organizacional. Nosso objetivo aqui é o de analisar brevemente em que medida tais valores e/ou paradigmas propiciam uma visão e prática empresarial efetivamente responsável em termos sócio-ambientais ou se constituem em simples instrumentos de marketing das empresas.

Palavras-chave: *contracultura, responsabilidade sócio-ambiental.*

ABSTRACT:

In the post-industrial context, countercultural values found in the religious forms that come out with, in or from the movement, in some cases as a socio-religious protest, interpenetrate the economic/organizational setting. Our aim is to briefly analyse to what extent such values and/or examples favor an entrepreneurial practical view effectively responsible in socio-environmental terms, or are mere marketing tools.

Keywords: *counterculture, socio-environmental responsibility*

As novas religiosidades e o capitalismo pós-industrial

A racionalidade moderna, característica da ética protestante que, a um só tempo, favoreceu e serviu o capitalismo, parece sofrer sua mais forte contestação nos anos 60, por aquele que seria chamado de movimento de contracultura, o qual abarca não apenas o campo secular, mas também o religioso, através dos Novos Movimentos Religiosos (NMR). Ao sentido unívoco que a modernidade pretendeu dar à racionalidade contrapõe-se a emoção e a perda de lucidez, quer seja pelo uso de drogas, quer seja pela valorização de experiências extáticas; à ciência e à tecnologia, a natureza; ao controle das emoções, o controle da mente e as psicoterapias; à busca por sucesso e realização profissional e ao trabalho vocacionado e sistemático, o desprendimento material, o lazer e a busca por realização pessoal; à guerra, a paz; ao “discurso político, a expressão artística”(HOLLANDA;GONÇALVES,1982, p.69); ao intelectualismo árido, a experiência; ao autocontrole e prazer postergado, a liberação sexual, o hedonismo; à organização burocrática, rígida, tradicional, a fluidez de novas idéias e

conceitos adaptados às necessidades e interesses de cada indivíduo; à rotinização da vida, a busca por novo sentido através do recurso à magia e não como oposição à racionalidade em si, mas à exclusividade da razão na explicação do mundo e à conseqüente exclusão do sagrado, da “visão esotérica dos eventos cotidianos” (GIDDENS, 105). Opondo-se sobretudo ao caráter utilitário e reducionista de que foram revestidas pela ética burguesa, o protesto atinge também a ciência e a tecnologia: o que foi subjugado, por estas, como “a natureza, a relações sociais e os sentimentos pessoais” (BELLAH, 1986, p.24) adquirem um novo significado e requerem uma nova atitude. Ou seja, não se trata de recusar a ciência e a tecnologia, mas de propor uma nova instrumentalidade que, através do reconhecimento da falibilidade daqueles saberes tidos como únicos competentes até então, permita ampliar o horizonte de possibilidades e assumir como ciência o que até então não era legitimamente aceito como tal.

Os NMR possuem algumas características em comum, tanto nas suas expressões mais populares nas quais se enquadram, por exemplo, o pentecostalismo e a seicho-no-iê, como nas que se manifestam entre as camadas de média e alta renda como, por exemplo, as da rede Nova Era. Boa parte dessas características parece ser também bastante adequadas ao contexto da pós ou alta modernidade, razão pela qual alguns analistas contestam o caráter contracultural dos NMR. Contudo, é praticamente consensual a idéia de que é no, e a partir do, ambiente do movimento de contracultura dos anos 60, que grande parte dos NMR surgem e se desenvolvem. Esse aparente contra-senso pode ser explicado, ao nosso ver, pelo que Chauí denomina de “diferença entre o histórico ou instituinte e o institucional ou instituído” (1980:5): o caráter de contracultura que o movimento tem no seu início perde, ao longo do tempo, sua força inaugural, instituinte, revolucionária.

Além do mais, se um dos objetivos do movimento de contracultura e dos próprios NMR parecia ser o de “exceder os limites de significação impostos pela cultura moderna [...] levando, ao invés da afirmação da tradição dominante, a uma abertura dos campos de sentido” (AMARAL, 1999, p.72), este não era um imperativo que se restringia ao movimento cultural e religioso, mas que se impunha em certa medida também ao capitalismo como condição ao desenvolvimento de sua fase pós-industrial. Afinal, o capitalismo também estava diante de uma nova fase e, sem a “abertura dos campos de sentido”(AMARAL, 1999, p.72), a “transição no interior do processo de acumulação de capital” (ANTUNES, 1999, p.20) possivelmente não teria sido viabilizada. A repressão que, de início, o capitalismo

empreendeu contra ambos -contracultura e NMR- possibilitou domesticar-lhes a força inaugural, de modo que estes têm aparentemente, fornecido o suporte ético adequado à nova fase pós-industrial do capitalismo. Borges e Yamamoto, ao se referirem ao contexto contracultural afirmam que

“no calor deste rico e vivo debate na sociedade, começam a ser gerados os conhecimentos técnicos/científicos que vinham contradizer o paradigma fordista/keynesiano e surgir as condições conjunturais e das estruturas sócio-organizacionais que consumavam seu esgotamento”(2004, p.45).

Assim, com a força inaugural do movimento domesticada, cultura e técnica vão se combinar para dar vazão à nova configuração do capitalismo: o setor financeiro e de serviços conhecem forte expansão, e parecem erradicar o capitalismo de sua base material, conferindo flexibilidade em escala global à movimentação do capital. Afinal, o produto é palpável, mas os serviços, o crédito e as aplicações financeiras prescindem dessa materialidade, o que nos remete ao apelo que o desejo de perda de realidade tem junto aos adeptos dos NMR (experiências extáticas, com drogas, etc.) e à maior abrangência que estes imprimem aos conceitos de realidade e racionalidade. A objetividade, a racionalidade e a própria realidade já não estão atrelados à materialidade, mas podem repousar sobre uma base mais ampla, imaterial. A indústria também passa a gozar de maior flexibilidade propiciada pela passagem do modelo fordista ao modelo de acumulação flexível ou toyotismo, e pela própria aceleração do processo de globalização favorecida por essa mesma condição de mobilidade do capital financeiro e do setor de serviços.

A este ponto, cabe perguntar em que medida essa nova ética ou elementos aí presentes impulsionam de fato a busca de transformação da realidade social ou são utilizados como instrumentos de legitimação dos interesses do sistema dominante. Dadas as limitações de espaço e tempo nos ateremos aqui a destacar alguns aspectos com implicações para a prática da chamada responsabilidade sócio-ambiental por parte de empresas e grupos organizacionais.

Responsabilidade sócio-ambiental: a emergência do conceito

Desregulamentação, flexibilidade e fluidez são alguns dos valores propagados no contexto contracultural, em oposição ao modelo regulamentado e rígido da modernidade e que vão se aplicar também à nova fase capitalista, sob diversos aspectos. Tanto o capital quanto a produção se tornam flexíveis (toyotismo ao invés de fordismo) e móveis num ambiente mutável, o que por outro lado tanto exige quanto resulta em desregulamentação em face da

intensificação da competição. Tais mudanças no cenário econômico colocam em xeque o modelo de administração em vigor até então: de acordo com Ribeiro (1993), o homem da organização, avesso ao risco e apegado ao poder burocrático, vem sendo substituído pelo administrador de vanguarda, que teria entre seus princípios a responsabilidade ou a consciência social. De fato o próprio conceito de responsabilidade social sofre revisão, sendo alvo ainda de disputas perpassadas, entre outros, por questionamentos acerca da abrangência do conceito de racionalidade, particularmente do conceito da racionalidade maximizadora neoclássica, que supõe que sempre se buscará maximizar o auto-interesse (MACHADO FILHO; ZYLBERSZTAJN, 2004). À visão neoclássica de que a dimensão ética nas empresas limita-se à responsabilidade para com os *stockholders* (seus sócios e acionistas) contrapõe-se a noção de responsabilidade sócio-ambiental, que abrange os demais *stakeholders* (ou partes interessadas), idéia esta que começa a se delinear na década de 70, mas que é explicitamente discutida pela primeira vez por Freeman, em 1984 (MACHADO FILHO; ZYLBERSZTAJN, 2004). Embora não haja uma definição unanimemente aceita de responsabilidade social corporativa, ela é entendida, de forma ampla como “decisões de negócios tomadas com base em valores éticos que incorporam as dimensões legais, o respeito pelas pessoas, pelas comunidades e pelo meio ambiente” (MACHADO FILHO; ZYLBERSZTAJN, 2004:243).

Ficam claras aqui que as conseqüências de uma ou outra visão sobre as relações sociais e o meio ambiente podem ser bem distintas. “Respeito pelas pessoas, pelas comunidades e pelo meio ambiente” implicam em valorização da vida e do ambiente cultural e natural, o que parece ser bem mais do que valorizar apenas o lucro dos acionistas. Por outro lado, a propaganda política de responsabilidade sócio-ambiental pode não passar de mais um produto na vitrine da empresa. De fato, estas perspectivas parecem se colocar como tensão entre políticas empresariais que - diante das crescentes pressões sociais e/ou resultantes de exigências legais - buscam simplesmente uma imagem favorável da empresa visando a garantia do negócio e o incremento das vendas e do lucro, e a assunção da responsabilidade sócio-ambiental como compromisso efetivo da empresa, isto é, como variável que efetivamente nutre e determina os objetivos e práticas organizacionais. Procuraremos avaliar adiante em que medida ou como valores contraculturais e das novas religiosidades operam em tais programas organizacionais no que se refere a alguns aspectos daqueles fatores enunciados como objetivos dos programas de responsabilidade sócio-ambiental, quais sejam: respeito pelas pessoas, pelas comunidades e pelo meio ambiente.

Respeito pelas pessoas:

Entendemos a questão do valor dado ao trabalho assim como a busca de inclusão social como questões centrais na avaliação da medida e aspectos em que o respeito às pessoas está presente nas políticas organizacionais.

Dentre os elementos presentes e valorizados no contexto contracultural estão, como vimos, a desregulamentação a flexibilidade e a fluidez. Estes se constituem em elementos presentes também nas novas condições de trabalho sob o capitalismo: desregulamentação e flexibilização da produção, de processos de trabalho, de direitos e vínculos trabalhistas, além de todas as conseqüências que daí decorrem em termos de desemprego e informalidade no trabalho, resultam em heteroginização, fragmentação e complexificação do trabalho (ANTUNES,1999), que obrigam flexibilidade na própria terminologia empregada para designá-lo - a expressão *mundo do trabalho* passa a ser freqüentemente utilizada em substituição à palavra *trabalho* – de caráter unívoco, geralmente entendida no contexto moderno como sinônimo de emprego - e que já não pode dar conta do caráter diversificado e complexo que este assume no contexto contemporâneo. Além desses, outros valores implícitos ou explícitos nos NMR, como “a valorização das capacidades individuais, das iniciativas pessoais e criativas e da competência combinam com uma situação de mercado de trabalho formal em crise e a incerteza da informalidade da economia, próprios do neoliberalismo” (ALBUQUERQUE, 2004, p.146,147): na medida em que faz repousar sobre o indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso ou insucesso, o problema do emprego já não diz respeito às empresas ou aos estados. A valorização do ócio e do hedonismo pela ideologia contracultural também favorece a relativização do valor ético do trabalho, ao introduzir a possibilidade de desfrute e de lazer que, no entanto, é freqüentemente associado ao consumo (ARAÚJO; SCALON, 2005). Ou seja, no que se refere a este aspecto o processo de precarização do trabalho constitui-se em evidência da instrumentalização dos valores contraculturais em prol do desenvolvimento da nova fase capitalista em detrimento do que se poderia chamar efetivamente de uma prática de maior respeito às pessoas.

O reconhecimento e o respeito às diferenças e à diversidade figuram entre os eixos de correspondência entre valores da Nova Era e da pós-modernidade destacados por CONTEPOMI (1999, p.134). De fato, na esteira dos movimentos étnicos, feminista e das reivindicações contraculturais de pluralismo e valorização das diferenças, uma das formas

mais propagadas de políticas empresariais de inclusão social relacionam-se com a valorização da diversidade cultural e o respeito e inclusão de minorias. A questão da diversidade cultural se coloca tanto a partir de imposições legais em certos países (nos EUA, por exemplo, programas de ação afirmativa foram implementados já a partir de fins da década de 60), quanto em face da “diversificação crescente da força de trabalho” (FLEURY, 2000, p.20) e da necessidade de geri-la a fim de obter competitividade, maximizar as suas vantagens potenciais e minimizar desvantagens. Implicaria no reconhecimento e inclusão de indivíduos de grupos diversos não apenas no que concerne ao sexo e à raça, mas também à região de origem/nacionalidade, etnia, idade, religião, classe, grau de instrução, etc. No entanto, em pesquisa realizada junto a seis empresas, cinco subsidiárias de multinacionais norte-americanas e uma empresa brasileira, Fleury concluiu que “o conceito de diversidade cultural adotado por essas companhias é ainda bastante restrito, incorporando apenas o gênero e, timidamente, a raça” (2000, p.23). Tal desempenho poderia ser decorrente tanto do fato de que, não obstante o contexto cultural bastante diversificado, o tema ser ainda emergente e recente na agenda das empresas brasileiras (FLEURY, 2000), quanto da tentativa de limitar-se, no caso das subsidiárias de multinacionais, a atender as pressões da matriz. Esta tentativa pode ser considerada uma evidência de resistência à implementação de políticas de igualdade de oportunidades, por vezes escamoteada também através da adoção de uma “perspectiva filantrópica da inclusão social”(CAPPELIIN, 2008, p.136) por parte de empresas que não assumem a centralidade do emprego em seus programas de responsabilidade social.

Contudo, embora a motivação e o nível de engajamento possam diferir significativamente entre as empresas, o tema da diversidade vem ganhando relevância crescente. E tem mesmo produzido alguns resultados positivos, embora limitados, o que pode ser ilustrado pela questão da inserção das mulheres no mundo do trabalho remunerado. Embora esta se dê ainda de forma subordinada ao poder masculino, em condições de trabalho precárias num contexto em que o mundo do trabalho sofre processo de precarização, e em que operam ainda velhas representações de gênero que responsabilizam e associam as mulheres ao trabalho doméstico, os ganhos também são evidentes.

Respeito ao meio ambiente e às comunidades

A ecologia figura como um dos temas presentes nas novas religiosidades, compatível tanto com a busca de revalorização da natureza quanto com um “ideário que promove a convivência harmoniosa entre todos os seres” (CONTEPOMI, 1999, p.139,140) e constitui

até mesmo a base de algumas espiritualidades contemporâneas. Nesse sentido, respeito às comunidades e preservação ambiental parecem estar intrinsecamente ligados. Por outro lado, a primazia da experiência, inclusive o desejo de experiências culturais, de “fruição de coisas vivas” (Rozner apud MARCUSE, 1973, p.28), produz impacto tanto sobre as comunidades tradicionais quanto sobre o meio ambiente, na medida em que resulta da valorização do prazer e do interesse pessoal, da opção individual, da autonomia, as quais, segundo Pelizzoli, constituem a base ideológica “de grande parte das concepções liberais de economia e socialização, [...] do sujeito apenas como dominador da natureza e da alteridade” (1999, p.121).

A assimilação do tema desenvolvimento sustentável nas políticas organizacionais sofre dessa tensão e ambigüidade, constituindo-se por vezes em mero instrumental de marketing, com pouca ou nenhuma preocupação com as condições mínimas de manutenção (sustentabilidade) da vida em algumas comunidades e/ou ambientes naturais, em outros casos em meio de prover apenas o mínimo necessário aos interesses particulares e à sobrevivência imediata ou de longo prazo da empresa ou a atender a legislação em vigor, embora haja também casos de empresas efetivamente envolvidas com uma política de preservação do meio ambiente.

Assim é possível encontrar empreendimentos que buscam apenas o seu interesse imediato e não demonstram uma preocupação mais efetiva com a terra, mesmo nos casos em que, paradoxalmente, as suas atividades dependam profundamente da existência de terras cultiváveis. Esse parece ser o caso de grandes empreendimentos agrícolas que, segundo a Comissão Pastoral da Terra, avançam sobre o território amazônico, promovendo devastação do meio ambiente e ameaçando a sobrevivência econômica e integridade cultural de comunidades tradicionais. Apresentadas como “atrasadas por não se enquadrarem dentro dos moldes impostos pela visão econômica dominante” (www.cptnac.com.br), essas comunidades acabam se constituindo, na verdade, em guardiãs da Floresta Amazônica e do meio ambiente. Evidências das pressões que emanam do próprio ambiente empresarial, mais especificamente dos próprios investidores, estão na divulgação de índices como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade Global (DJSI World) e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa. Os limites de tais pressões se evidenciam no próprio fato de que a Aracruz Celulose foi a única a compor DJSI World dentre as 13 empresas florestais do mundo que concorreram em 2007, além de ter se mantido no ISE da Bovespa em 2007. No entanto, além do fato de que a maior parte das florestas mantidas pela Aracruz serem de eucalipto – dois terços, contra

um terço de florestas nativas – e de utilizar árvores geneticamente modificadas (www.aracruz.com.br), a empresa acha-se envolvida em polêmicas com comunidades indígenas e quilombolas no estado do Espírito Santo, que a acusam de ter usado de má fé e/ou de ter invadido suas terras para o plantio de eucaliptos. Tal situação, no entanto, pode não ser sustentável por longo prazo face às pressões de *stakeholders* (partes interessadas) e da sociedade.

Enfim, o grau de compromisso das organizações empresariais no que se refere à política ambiental e de respeito às comunidades é bastante variável e freqüentemente insatisfatório. Contudo já não lhes é mais possível esquivarem-se de enfrentar a questão ambiental diante do nível de exigência crescente por parte das comunidades envolvidas – em face do impacto sobre suas condições de sobrevivência e qualidade de vida - e dos investidores – estes preocupados tanto com as barreiras que mercados consumidores exigentes tendem a impor a produtos dessas empresas, quanto com os riscos de emergência de passivos ambientais, com impacto sobre os resultados e a imagem da empresa.

Considerações finais

Dados os limites que se impõem a este trabalho não poderíamos avaliar aqui todas as conseqüências, profundidade e amplitude do impacto da penetração social dos ideais contraculturais no contexto pós-industrial e, mesmo na constituição e efetividade das práticas empresarias ditas de responsabilidade social. Contudo entendemos que os aspectos aqui abordados nos oferecem alguns indicativos. Indicativos de que as estratégias de marketing, com seus efeitos sobre as vendas e o lucro, e a necessidade de extração de maior utilidade da diversidade (FOUCAULT:1999), mais do que o respeito às pessoas, ao meio ambiente e às comunidades, em sua diversidade, ou do que a busca de otimização/preservação de recursos naturais é que parecem mover a ‘adoção’ da tão propagada responsabilidade sócio-ambiental por parte de organizações empresariais. No que diz respeito ao lugar das mulheres especificamente, se a nova ética, tanto a religiosa quanto a secular, parecem impulsionar a sua inserção no mundo dito ‘produtivo’ da economia neoliberal, elas seguem ocupando aí posições subordinadas e acumulando a responsabilidade pelas atividades reprodutivas. Contudo, embora o grau de compromisso efetivo das organizações empresariais com uma atuação responsável para com as pessoas, com o ambiente e com as comunidades seja bastante variável, a própria necessidade da prática de 'greenwash', isto é, de lavagem da

imagem da empresa, é evidência da penetração social dessa nova ética. Assim, ainda que os valores aí presentes já não possuam o alcance e sentidos pretendidos pelos movimentos sociais e religiosos contraculturais, eles parecem se impor cada vez mais às políticas empresariais, até mesmo como condição de sobrevivência diante de um público – consumidor e de investidores – sempre mais exigente.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto de. Estrutura e dinâmica dos novos movimentos religiosos. In: Beatriz Muniz de Souza; Luis Mauro Sá Martino (orgs.). *Sociologia da Religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil*. parte III. São Paulo: Paulus, 2004.

AMARAL, Leila. O sincretismo em movimento: o estilo Nova Era de lidar com o sagrado. In: Maria Julia Carozzi (org.). *A Nova Era no Mercosul*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 47-79.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho- ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, Campinas: ed. Universidade Estadual de Campinas, 1999.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

BELLAH, Robert N.. A nova consciência religiosa e a crise na modernidade. In: *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro: CER-ISER, 1986, vol. 13, nº 2.

BORGES, Livia de Oliveira; YAMAMOYO, Oswaldo. O mundo do trabalho. In: José Carlos Zanelli; Jairo Eduardo Borges-Andrade; Antonio Virgilio Bittencourt Bastos (orgs.). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2004, pp.24-62.

CAPPELLIN, Paola. Política de igualdade de oportunidades: grandes empresas no Brasil e na Europa (1996-2006). In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008, pp.125-140.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1980.

CONTEPOMI, Maria Del Rosário. Nova Era e Pós-Modernidade: valores, crenças e práticas no contexto sociocultural contemporâneo. In: Maria Júlia Carozzi (org.). *A Nova Era no Mercosul*. Petrópolis: Vozes, 1999, pp.130-148.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. In: *RAE*. São Paulo: EAESP-FGV, 2000, vol.40(3), pp.18-25.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2002.

HOLLANDA, Heloísa B. de; GONÇALVES, Marcos A.. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MACHADO FILHO, Cláudio Antonio Pinheiro; ZYLBERSZTAJN, Décio. A empresa socialmente responsável: o debate e as implicações. In: *RAUSP*. São Paulo: FEA-USP, 2004, vol.39 (3), pp.242-254.

MARCUSE, Herbert. *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

PELIZZOLI, M.L.. *A emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI*. Petrópolis: Vozes, 1999.

RIBEIRO, Carlos A.C.. A responsabilidade social da empresa: uma nova vantagem competitiva. In: *RAE*. São Paulo: EAESP-FGV, 1993, vol. 33(1), pp. 46-50.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 2000.

Sítios eletrônicos:

ARACRUZ. *Meio Ambiente*. www.aracruz.com.br, acesso em 11 mai.2008

COMISSÃO Pastoral da Terra. Release: *Expansão do agronegócio na Amazônia afeta comunidades tradicionais*, www.cptnac.com.br, acesso em 11 mai.2008.